

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 14  
FECUNDIDADE E PADRÃO DE VIDA:  
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA RECENTE

Paulo de Tarso Almeida Paiva  
Setembro de 1983



associação nacional  
de centros de  
pos-graduação  
em economia

Esta publicação foi impressa  
com a colaboração da ANPEC  
e o apoio financeiro do PNPE



312(81)  
P 149f  
1983

Paiva, Paulo de Tarso Almeida

Fecundidade e padrão de vida:  
a experiência brasileira recen-  
te. - Belo Horizonte: CEDEPLAR/  
UFMG, 1983.

41 p. (Texto para Discussão, 14)

Trabalho a ser apresentado no  
Congresso Latinoamericano de Po-  
blación y Desarrollo, México,  
DF, 8-10 nov. 1983.

1. Demografia. I. Congreso Latinoamerica  
no de Población y Desarrollo. II. Sé-  
rie. III. Título.  
CDU 312 (81)

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA UFMG  
C E D E P L A R

---

FECUNDIDADE E PADRÃO DE VIDA:  
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA RECENTE

Paulo de Tarso Almeida Paiva

---

Trabalho a ser apresentado no Congresso Latinoamericano de Población y Desarrollo, México, DF, 8 a 10 de novembro de 1983.

## SUMÁRIO

## 1 - INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, os níveis de fecundidade de vários países latino-americanos têm declinado. A generalização desta tendência, através de diferentes contextos sócio-econômicos e através de diferentes grupos sociais, trouxe à tona o debate sobre a transição demográfica. É aparente na literatura o conflito entre uma interpretação dentro dos contornos da teoria da modernização que enfatiza os efeitos positivos do desenvolvimento e outra, que procura, talvez, no processo de proletarização um quadro de referência teórico-alternativo e responsabiliza os custos sociais decorrentes do mesmo estilo de desenvolvimento pela intensificação da queda da fecundidade. Este conflito fica mais aparente na literatura sobre os casos do Brasil e de Cuba.<sup>1</sup>

No caso brasileiro, um dos aspectos mais interessantes deste debate é o reencontro com temas clássicos da história econômica e demográfica, tais como: a evolução do padrão de vida ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo e as relações entre padrão de vida e fecundidade.

Este trabalho pretende discutir estas duas questões em relação à experiência brasileira recente, com o objetivo de trazer alguma contribuição para o debate mais amplo sobre os determinantes da queda da fecundidade.

Os frutos do último surto de crescimento da economia brasileira, a partir da segunda metade da década de sessenta, não foram distribuídos equitativamente pelos diversos segmentos da população. As desigualdades de renda se acentuaram. Tornou-se muito claro que os salários reais de trabalhadores urbanos não-qualificados caíram entre 1964 e 1973. Discute-se, contudo, se o padrão de vida de alguns segmentos de população teria piorado.

rado neste período. Há de se levar em conta nesta discussão as variações nos níveis de renda familiar, a mobilidade ocupacional e seus efeitos sobre os rendimentos individuais, mudanças no acesso aos serviços urbanos, etc. Mais ainda, ter-se-ia de analisar, conforme sugerem Balan e Jelin,<sup>2</sup> os efeitos das transformações na organização do consumo das classes populares (por exemplo, das mudanças da produção para o auto-consumo para a interveniência dos mercados) e o papel do estado na oferta e regulação dos serviços urbanos.

Neste trabalho, todavia, a questão crucial a ser analisada refere-se ao acesso aos bens necessários à sobrevivência dos membros da família. Neste caso específico, importaria, sobre tudo, conhecer a evolução da disponibilidade e da variação nos preços relativos dos alimentos, da habitação, do transporte, da saúde e da educação em relação às variações nos rendimentos familiares. Os alimentos participam em mais de 50% na despesa mensal das famílias mais pobres e seus preços relativos variaram sensivelmente no período entre 1965 e 1979. Assim, a discussão sobre o padrão de vida se restringiu à análise da variação da disponibilidade calórica e protéica per capita e na evolução dos preços de alimentos em relação à evolução do salário mínimo urbano. Manteve-se a tradição quantitativa do conceito de padrão de vida restrito ao salário real, ao invés de um conceito mais abrangente de qualidade de vida que incorporasse as dimensões mencionadas acima. A seção 2 trata da análise da evolução do padrão de vida.

A partir da segunda metade da década de sessenta os níveis de fecundidade no Brasil passaram a cair acentuadamente. Em um país das dimensões do Brasil, que apresenta sensíveis graus de disparidades regionais, de heterogeneidade na sua formação econômica e de diferenças sociais, é bastante difícil, se não impossível, procurar uma simples explicação para a queda da fecundidade.

didade. É bem possível que processos diferentes estejam subjacentes às tendências da fecundidade em diversos grupos sociais. O possível impacto do padrão de vida sobre a fecundidade, se houvesse, se daria naqueles segmentos da população mais vulneráveis a suas variações. Estes segmentos seriam provavelmente os grupos urbanos mais pobres que teriam acesso aos bens de subsistência através do mercado. Supõe-se que, nestes grupos, a queda do padrão de vida possa ter atuado como um componente de curto prazo, intensificando um processo de mais longo prazo de transição entre padrões de fecundidade. Não se pretende imputar à queda do padrão de vida todo o processo de transição demográfica ou mesmo todo o declínio da fecundidade a partir de 1965. Procura-se, apenas, investigar o papel de variações nos níveis do padrão de vida sobre variações nos níveis de fecundidade da população urbana de renda mais baixa. Isto é feito na seção 3.

Dada a não disponibilidade de dados adequados e a complexidade do tema, este trabalho deve ser tomado como exploratório e suas conclusões, sumarizadas na seção 4, devem ser recebidas como sugestões para pesquisas futuras.

## 2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE ALIMENTOS

A alimentação constitui-se no componente de maior peso relativo na composição do cesto de consumo da população de baixa renda. Embora seu peso relativo tenda a decair no consumo das famílias de renda mais alta, a alimentação chega a representar mais de 50% do total de dispêndio mensal de famílias de baixa renda vivendo nas regiões rurais. Desta forma, o aumento dos preços de alimentos, se não acompanhado de igual variação dos salários nominais, tende a baixar o padrão de vida destas famílias onde o seu peso relativo é grande. Esta seção tentará avaliar a disponibilidade de alimentos no Brasil no período entre a segunda metade da década de sessenta e a década de setenta, a evolução dos preços de alimentos e seu impacto sobre os salários reais urbanos no período.

No longo prazo a produção agrícola brasileira tem crescido a taxas superiores às do crescimento populacional. Entre o início do Século XX e o final da Segunda Guerra Mundial, o produto agrícola do Brasil cresceu a uma taxa anual média de 2,9%, enquanto, no mesmo período a população cresceu, em média, a 2,1%.<sup>1</sup> No período do pós-guerra a mesma tendência foi observada até o início dos anos sessenta.<sup>2</sup>

Poder-se-ia dizer que a oferta de alimentos não tem se constituído em barreira ao crescimento da população brasileira durante a primeira metade do Século XX. O crescimento da produção agrícola não guarda, contudo, uma relação linear com a evolução do consumo interno. Na produção agrícola agregada participam produtos que se destinam preferencialmente ao mercado externo. É assim o caso do café que tem um peso considerável na produção agrícola brasileira. O mesmo ocorre com a cana-de-açúcar, cujo derivado principal (o açúcar) é em grande proporção comercializado no mercado internacional e, mais recentemente,

com a soja que tem aumentado consideravelmente sua participação relativa no total da produção agrícola. O consumo interno pode, também, ser suprido por produtos importados. No caso brasileiro merece destaque no consumo de alimentos a importação de trigo e, em alguns períodos, a importação de feijão e até mesmo de arroz. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao perfil da distribuição da renda e sua variação ao longo do tempo. Em geral, a elasticidade da demanda por alimento decresce com o aumento da renda familiar. Assim, tanto variação na distribuição da renda familiar quanto alteração na estrutura de preços relativos pode afetar o nível de consumo interno.

É necessário, portanto, estudar o mercado interno e não simplesmente a produção agregada de alimentos. Assim se fará a seguir em relação ao período mais recente, quando mudanças significativas têm ocorrido na distribuição de produtos e nos preços relativos.

Nos últimos 20 anos a produção agrícola brasileira tem sofrido grandes transformações quanto à sua composição, com a expansão acelerada das culturas de exportação e acentuada desaceleração nas culturas alimentares de consumo interno.<sup>3</sup> Durante o período 1965-75 o crescimento da produção de alimentos para o consumo interno caiu consideravelmente, como se pode ver na Tabela 1 a seguir. Com exceção do milho, a taxa de crescimento das culturas alimentares apresentam uma evidente desaceleração a partir de 1965.

Entre 1970 e 1979 houve uma queda na produção de feijão e mandioca.<sup>4</sup> Esta mesma queda foi observada em vários Estados da Federação não só quanto ao feijão e à mandioca, como também em relação à produção de arroz.<sup>5</sup> Na região sul do país durante o período 1968-76 teria ocorrido, inclusive, um declínio da produtividade do setor agrícola destinado ao mercado interno,

enquanto a produção dessa região se concentrava em culturas de exportação.<sup>6</sup> Esta queda na produção de alimentos para o mercado interno viria afetar tanto a disponibilidade per capita de alimentos quanto a estrutura de preços relativos com evidentes reflexos sobre o nível de consumo da população de baixa renda. Isto porque a alimentação tem um peso relativamente alto no consumo da população brasileira, chegando a representar 48,1% do dispêndio mensal dos grupos urbanos de renda familiar de até três salários mínimos.<sup>7</sup>

TABELA 1

BRASIL - TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA  
PRODUÇÃO DE ARROZ, FEIJÃO, BATATA, MILHO E  
MANDIOCA, PERÍODOS COMPREENDIDOS ENTRE  
1954-56 A 1974-76

Produtos	1954-56	1964-66
	a 1964-66	a 1974-76
Arroz	6,4	1,8
Feijão	3,8	0,6
Batata	4,3	3,6
Milho	4,9	5,0
Mandioca	5,2	0,04

FONTES: Arroz e Feijão: LEMOS e SERVILHA, 1979, p. 48-9. Outros produtos: 1954 a 1966 - Conjuntura Económica, 26(11): 5, nov., 1972; 1974 a 1976 - Negócios em Exame, 1980, p. 60.

Homem de Melo, em trabalho recente, estimou a evolução da disponibilidade interna de alimentos por habitante no Brasil para o período de 1940 a 1979.<sup>8</sup> Suas estimativas foram apresen-

tadas em termos de calorias per capita/dia e de gramas de proteínas per capita/dia. As tabelas 2 e 3 reproduzem as estimativas de Homem de Melo para arroz, feijão, milho, mandioca e batata que são os produtos mais importantes da produção brasileira para o fornecimento de proteínas e calorias de origem vegetal. Estas tabelas apresentam dois subtotais. O subtotal A refere-se às estimativas das disponibilidades apenas para o consumo humano e o subtotal B refere-se à disponibilidade total, isto é, inclui, também, as parcelas da produção de milho e de mandioca destinadas ao consumo animal.<sup>9</sup> Verifica-se nestas tabelas a tendência de aumento das disponibilidades de proteínas e de calorias por habitante/dia durante as décadas de quarenta e de cinqüenta. Nos anos mais recentes, excetuando-se a batata, as disponibilidades calóricas e protéicas tenderam a cair. No final dos anos setenta essas disponibilidades eram bem inferiores às do triênio 64/66. A comparação do triênio 77/79 com o triênio 64/66 para o subtotal B mostra uma queda de 12,5% na disponibilidade de gramas de proteínas per capita/dia e de 40,1% na disponibilidade de calorias per capita/dia. Tais quedas resultaram das diferenças entre as taxas anuais de crescimento dos referidos produtos e da população brasileira. Verifica-se, também, que o máximo de disponibilidade calórica e protéica destes produtos, exceto do milho, ocorreu no segundo quinquênio dos anos sessenta (1965 para o arroz, 1967 para o feijão e 1968 para a mandioca e a batata). A partir destes anos iniciou-se um período de redução da disponibilidade per capita que foi muito mais acentuada nos casos do feijão e da mandioca. É necessário ressaltar que estes dois produtos são muito importantes na dieta alimentar da população brasileira, principalmente nos segmentos de renda mais baixa.

O total disponível de calorias e proteínas inclui a participação de outros produtos vegetais como o açúcar, produ-

TABELA 3

DISPONIBILIDADE INTERNA - GRAMAS DE PROTEÍNA POR HABITANTE - DIA:  
ARROZ, FEIJÃO, MANDIOCA, BATATA, MILHO E SUB-TOTAIS,  
1940/42 - 1964/66 E 1965 - 1979, BRASIL

PERÍODO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO <sup>(a)</sup>	MANDIOCA <sup>(a)</sup>	BATATA	SUB-TOTAL	PROTEÍNAS
						(A)	(B)
1940/42	5,67	11,78	4,60	2,49	0,49	25,04	36,08
1943/45	6,48	13,04	4,33	3,10	0,58	27,48	38,58
1946/48	7,40	12,98	4,22	3,34	0,60	28,55	39,75
1949/51	8,52	14,30	4,16	3,21	0,71	30,90	41,86
1952/54	8,14	14,41	4,11	3,26	0,68	30,60	41,48
1955/57	9,12	14,36	4,30	3,34	0,77	31,89	43,18
1958/60	9,42	14,00	4,38	3,32	0,77	31,89	43,34
1961/63	11,21	14,58	4,77	3,70	0,77	35,01	47,62
1964/66	11,86	15,84	4,90	4,11	0,79	37,51	50,77
1965	13,56	17,10	5,56	4,16	0,77	41,15	55,59
1966	9,81	15,51	4,77	4,00	0,79	34,88	47,73
1967	11,84	17,81	5,37	4,33	0,85	40,19	54,47
1968	10,93	16,14	4,82	4,47	0,88	37,23	50,68
1969	10,36	14,27	4,85	4,44	0,82	34,74	48,19
1970	11,62	14,00	4,99	4,22	0,82	35,64	49,12
1971	10,36	16,88	4,99	4,30	0,82	37,34	50,88
1972	12,05	16,33	5,56	4,14	0,79	38,88	53,37
1973	10,66	13,34	5,12	3,59	0,66	33,37	46,41
1974	9,73	12,96	5,40	3,23	0,79	32,11	45,37
1975	11,12	12,82	5,29	3,34	0,77	33,34	46,44
1976	13,32	10,52	5,53	3,18	0,85	33,40	46,82
1977	11,34	12,22	5,86	3,15	0,82	33,40	47,37
1978	11,59	11,34	4,71	2,99	0,85	31,48	43,18
1979	10,79	10,93	5,04	2,88	0,88	30,52	42,74

FONTES: Cálculos a partir dos dados dos Anuários da FIBGE e da CACEX. Ver texto para os procedimentos de estimação e esclarecimentos.

(a) : São listadas apenas as disponibilidades estimadas para consumo humano.

TABELA 2

DISPONIBILIDADE INTERNA - CALORIAS POR HABITANTE - DIA:  
ARROZ, FEIJÃO, MANDIOCA, MILHO, BATATA E SUB-TOTAIS  
1940/42 - 1964/66 E 1965 - 1979, BRASIL

PERÍODO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO <sup>(a)</sup>	MANDIOCA <sup>(a)</sup>	BATATA	SUB-TOTAL	CALORIAS
						(A)	(B)
1940/42	284,5	185,0	133,1	345,3	22,6	970,4	1.562,8
1943/45	315,0	204,8	125,1	427,8	25,5	1.098,3	1.758,4
1946/48	362,8	204,1	122,2	463,1	27,1	1.179,3	1.868,8
1949/51	417,5	224,5	120,2	446,6	31,4	1.240,2	1.910,0
1952/54	399,2	226,3	118,4	473,0	31,1	1.248,1	1.941,1
1955/57	446,2	225,7	124,1	463,5	34,5	1.294,0	1.988,0
1958/60	462,7	220,1	126,6	459,6	34,1	1.302,5	1.997,2
1961/63	549,5	229,2	138,0	514,8	33,4	1.464,9	2.236,0
1964/66	580,8	248,9	142,1	570,9	34,5	1.577,2	2.411,9
1965	664,7	268,5	160,4	576,7	33,6	1.703,9	2.578,5
1966	480,3	243,8	137,7	554,3	34,8	1.450,9	2.261,0
1967	580,0	279,7	154,8	600,4	37,4	1.652,2	2.540,0
1968	535,4	253,5	139,7	620,1	39,0	1.587,7	2.467,2
1969	507,8	224,1	140,5	613,5	36,1	1.522,1	2.396,6
1970	568,4	219,9	144,2	584,7	36,5	1.553,8	2.406,3
1971	507,7	265,3	143,9	597,0	36,2	1.550,0	2.414,2
1972	590,4	256,4	160,9	574,2	35,2	1.617,1	2.490,1
1973	521,9	209,8	147,6	495,7	29,2	1.404,2	2.173,9
1974	476,2	203,5	156,3	446,6	35,5	1.318,1	2.055,0
1975	545,3	201,5	152,4	462,5	34,0	1.395,7	2.141,2
1976	652,3	165,3	159,9	439,2	37,9	1.454,5	2.190,7
1977	555,5	192,2	169,1	435,4	36,8	1.389,0	2.138,4
1978	568,3	178,0	135,8	414,0	38,1	1.334,2	2.000,4
1979	529,2	171,9	145,6	399,6	38,7	1.284,9	1.954,8

FONTES: Cálculos a partir dos dados dos Anuários da FIBGE e da CACEX. Ver texto para os procedimentos de estimação e esclarecimentos.

(a) : São listadas apenas as disponibilidades estimadas para consumo humano.

tos de origem animal e produtos importados, como o trigo. Entre estes outros produtos, o trigo merece atenção especial face à sua importância atualmente no consumo alimentar da população urbana brasileira, quer através do pão quer através das massas. A tabela 4 mostra a evolução da disponibilidade per capita/dia calórica e protéica do trigo. Após um período, senão de declínio, de clara estagnação na primeira metade dos anos sessenta, a sua disponibilidade per capita cresceu bastante a partir de 1973. Isto devido tanto à expansão da produção interna de trigo quanto à expansão de sua importação. Deve-se lembrar, ainda, que este produto contou com preços subsidiados ao consumidor a partir de 1972.<sup>10</sup> Resultante do desempenho do trigo ocorreu uma certa estabilidade nas disponibilidades calórica e proteica de origem vegetal entre os triênios 64/66 e 77/79. A uma queda de cerca de 3,35% na disponibilidade total (subtotal B) de calorias correspondeu uma elevação de 1,1% na disponibilidade de proteína entre os triênios 64/66 e 77/79.

Finalmente, Homem de Melo incluiu em suas estimativas as disponibilidades de calorias e proteínas de origem animal, chegando a um agregado que se refere aos produtos mencionados acima e mais ao açúcar, ao leite, aos ovos e às carnes bovina, suína e de aves. Com base na análise destes dados, o autor identificou dois sub-períodos. O primeiro relativo aos anos 1967/75 quando teria havido uma queda nas disponibilidades totais e o segundo referente aos anos 1975/79 quando teria havido uma recuperação. São, então, suas conclusões:

"... desde a segunda metade dos anos 60, a quantidade disponível de calorias e proteínas por habitante encontra-se estagnada, com quedas entre 1967 e 1975, e uma posterior recuperação, ao mesmo tempo que ocorreram importantes alterações nos alimentos geradores dessa disponibilidade, isto é, estagnação ou diminuição dos alimentos domésticos: de um lado, arroz, feijão

TABELA 4

DISPONIBILIDADE INTERNA - CALORIAS E GRAMAS DE PROTEÍNA  
POR HABITANTE - DIA: TRIGO E SUB-TOTAIS, 1940/42 - 1964/66  
E 1965 - 79, BRASIL

PERÍODO	TRIGO		SUB-TOTAL (A)	CALORIAS (B)	SUB-TOTAL (A)	PROTEÍNAS (B)
	CALORIAS	PROTEÍNAS				
1940/42	119,2	3,78	1.292,3	1.884,7	28,85	39,86
1943/45	302,30	9,62	1.602,2	2.262,3	37,04	48,19
1946/48	234,2	7,45	1.647,4	2.336,9	36,03	47,21
1949/51	322,7	10,25	1.851,9	2.521,8	41,15	52,11
1952/54	408,4	12,99	1.990,9	2.683,9	43,59	54,47
1955/57	435,0	13,84	2.067,8	2.761,7	45,70	57,01
1958/60	362,6	11,53	2.040,4	2.735,1	43,42	54,88
1961/63	358,9	11,42	2.196,7	2.967,8	46,47	59,04
1964/66	363,1	11,53	2.367,9	3.202,6	49,07	62,30
1965	306,8	9,75	2.513,1	3.387,7	50,88	65,34
1966	364,7	11,59	2.174,7	2.984,8	46,47	59,32
1967	361,6	11,51	2.414,9	3.302,7	51,70	65,97
1968	391,0	12,44	2.354,1	3.233,6	49,67	63,12
1969	403,2	12,82	2.278,9	3.153,4	47,56	61,01
1970	399,2	12,68	2.386,3	3.238,8	48,33	61,81
1971	411,5	13,10	2.378,3	3.242,4	50,44	63,97
1972	311,9	9,92	2.288,7	3.161,8	48,79	63,29
1973	533,0	16,96	2.337,8	3.107,6	50,30	63,37
1974	536,9	17,07	2.288,6	3.025,5	49,18	62,44
1975	389,0	12,36	2.203,6	2.949,1	45,67	58,79
1976	649,6	20,66	2.679,2	3.414,7	54,03	67,48
1977	446,2	14,19	2.376,4	3.125,8	47,56	61,56
1978	653,3	20,77	2.483,6	3.149,8	52,25	63,95
1979	634,1	20,71	2.340,4	3.010,3	51,23	63,45

FONTES: Cálculos a partir dos anuários da FIBGE e da CACEX. Ver texto para esclarecimentos.

Extraída de Homem de Melo, op. cit., p. 364.

jão, milho, mandioca e batata e, de outro, principalmente trigo".<sup>11</sup>

Mudança dessa magnitude na estrutura e na disponibilidade dos produtos agrícolas teve reflexos bastante marcantes na composição e evolução dos preços agrícolas. Ao nível dos preços no atacado ocorreram variações que afetaram a composição dos preços relativos agrícolas e de manufaturados. Se, de um lado, a partir do final dos anos sessenta a queda na produção agrícola colaborou para a elevação de seus preços, de outro lado houve uma tendência de barateamento relativo dos produtos manufaturados ao longo dos anos sessenta e setenta. Saboia,<sup>12</sup> por exemplo, estimou em 40,8% a redução no preço real médio do automóvel no Brasil, entre 1960 e 1980.

A tabela 5 mostra a evolução dos preços agrícolas e manufaturados no atacado entre 1965 e 1979. Estes dados referem-se à oferta global, incluindo, portanto, os preços dos produtos importados. Esta observação é importante devido à crescente participação na oferta interna de alimentos do trigo comprados subsidiados. Na tabela 5 verifica-se que o crescimento acumulado dos preços agrícolas foi 57% superior ao crescimento acumulado dos produtos manufaturados entre 1965 e 1979. Foi na década de setenta que se acentuou a diferença na evolução das duas séries.

Esta diferenciação na estrutura dos preços relativos no atacado foi então transferida para os preços ao consumidor. Mendonça de Barros e Graham mostraram que, na cidade de São Paulo, os custos dos alimentos que até 1972 tinham, de maneira geral, aumentado menos que a inflação, começaram a aumentar a uma taxa mais rápida de 1973 a 1975.<sup>13</sup> Ainda para a cidade de São Paulo, Alves e Vieira<sup>14</sup> estudaram a evolução dos custos das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas para um adulto

TABELA 5

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO ATACADO\* DOS  
PRODUTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS, 1965-1979  
BASE: 1965=100

Ano	Produtos Agrícolas (1)	Produtos Manufaturados (2)	(3)=(1)/(2)
1965	100.	100	1,00
1966	142,0	132,4	1,07
1967	176,8	166,3	1,06
1968	207,2	216,8	0,96
1969	252,0	260,7	0,97
1970	324,8	305,5	1,06
1971	406,3	358,9	1,13
1972	496,9	416,4	1,19
1973	591,8	478,4	1,24
1974	764,6	619,1	1,24
1975	948,9	799,8	1,19
1976	1.508,7	1.087,8	1,39
1977	2.255,5	1.514,2	1,49
1978	3.211,8	2.048,7	1,57
1979	5.020,1	3.187,8	1,57

FONTE: Conjuntura Econômica (vários números).

\* - Os índices de preços referem-se ao conceito de oferta global das estimativas da Fundação Getúlio Vargas (colunas 17 e 26 da tabela de Conjuntura Econômica).

to. Segundo este estudo, de 1965 a 1975, o custo das calorias em relação ao salário mínimo aumentou em cerca de 60%, ao passo que o custo relativo das proteínas cresceu em torno de 89%. Es

tes autores chegaram a conclusão semelhante àquela de Mendonça de Barros e Graham, observando no período 1965-1975 que

"... o índice de preços da alimentação não apresentou nenhuma defasagem sistemática em relação ao índice geral de preços ao consumidor. Somente na primeira metade da atual década é que se verificaram aumentos dos preços de alimentos superiores aos do custo geral de vida".<sup>15</sup>

Homem de Melo aprofundou ainda mais o estudo das variações dos preços de alimentos ao consumidor estimando índices de preços por classes de despesa familiar para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e as regiões Sul e Nordeste.<sup>16</sup> Os dados de orçamento familiar da ENDEF levantados nos anos de 1974/75 são os únicos disponíveis para as diversas regiões do Brasil. Estes dados também possibilitam o estudo de dispêndios por diferentes níveis de renda familiar. Existe, contudo, alguma restrição quanto à utilização da estrutura de consumo por um período relativamente longo. Principalmente quando ocorrem variações acentuadas na estrutura de preços relativos o perfil de consumo das famílias pode se alterar. O consumo familiar poderá alterar ao longo do tempo devido a vários outros fatores. Outra precaução com relação aos índices da tabela 6 a seguir deve-se ter com o uso dos preços de São Paulo para outras regiões do Brasil. As estimativas de preços ao consumidor que têm sido feitas pelo IBGE para o cálculo do Índice Nacional de Preços aos Consumidores (INPC) tem apontado diferenças acentuadas entre os preços nas diversas áreas metropolitanas. Não existem, contudo, séries de preços de alimentos ao consumidor comparáveis regionalmente que cubram o período em questão. Estas observações sugerem que a interpretação dos dados da tabela 6 deva ser tomada com bastante cautela.

TABELA 6

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS NOMINAIS DE ALIMENTAÇÃO  
 SEGUNDO CLASSES DE DESPESA E REGIÕES, 1967 A 1979  
 (1967=100)

Ano	< 2,0 Salários Mínimos				2,00 A 3,5 Salários Mínimos				> 30,0 Salários Mínimos			
	São Paulo	Rio	Sul	Nordeste	São Paulo	Rio	Sul	Nordeste	São Paulo	Rio	Sul	Nordeste*
1967	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1968	124	122	124	124	122	120	122	122	122	119	120	120
1969	162	157	159	155	155	150	154	150	151	145	147	147
1970	197	192	193	191	190	184	187	185	185	178	180	181
1971	245	240	240	242	234	228	231	231	227	220	222	223
1972	290	285	292	300	275	267	277	280	267	261	264	268
1973	370	375	370	402	356	354	357	374	356	352	351	356
1974	510	506	509	528	488	478	487	498	479	475	476	479
1975	677	660	647	712	642	626	619	658	603	582	580	606
1976	923	905	871	1.018	866	841	824	912	818	770	773	817
1977	1.252	1.232	1.200	1.383	1.181	1.146	1.134	1.242	1.127	1.066	1.067	1.124
1978	1.737	1.723	1.660	1.925	1.678	1.655	1.618	1.768	1.643	1.593	1.576	1.631
1979	2.725	2.698	2.567	3.038	2.621	2.575	2.489	2.770	2.539	2.468	2.436	2.542

FONTE: Homem de Melo, op. cit., p. 387 a 390.

\* - Para a região Nordeste estes índices referem-se à classe de despesa acima de 7 salários mínimos.

A primeira observação que pode ser feita com base na tabela 6 é a acentuada diferença na evolução dos preços entre as diversas classes de despesas dentro de cada região. A tabela 6 apresenta apenas três classes de despesas. Famílias com despesas mensais inferiores a 2 salários mínimos, famílias com despesas mensais entre 2 e 3,5 salários mínimos e famílias com despesas mensais superiores a 30 salários mínimos. No caso do Nordeste a classe de despesa mais alta refere-se a despesas mensais acima de 7 salários mínimos. Verifica-se que em 1979, relativamente a 1967, em São Paulo o grupo de famílias mais pobres tinha experimentado um aumento de preços de alimentação 7,3% maior do que o grupo de famílias mais ricas.<sup>17</sup> No Sul este aumento relativo foi de 5,4%, no Rio de 9,3% e no Nordeste de 19,5%. O Nordeste é a região mais pobre entre as quatro apresentadas nesta tabela e é onde o preço da alimentação das famílias mais pobres cresceu mais relativamente ao aumento do preço da alimentação das famílias mais ricas.

A segunda observação refere-se às diferenças entre as diversas regiões. Considerando-se ainda o índice acumulado no período 1967/79, verifica-se que para o grupo mais rico praticamente não houve diferença entre o Nordeste e São Paulo. A diferença se acentua nos grupos mais pobres. Para o grupo de despesas < 2,0 salários mínimos, o aumento de preços no Nordeste foi 11,5% maior do que em São Paulo no período 1967/79. O mesmo padrão ocorre com todos os pares de regiões, podendo-se afirmar como hipótese que a variação na evolução dos preços de alimentação entre as regiões é tanto maior quanto mais baixa for a classe de renda. As diferenças são também maiores quando se compara o Nordeste com as outras regiões. Nestas diferenças estão embutidos os pesos relativos dos diversos itens de alimentação no consumo das famílias com níveis diferentes de renda cujos preços variaram diferentemente no período. Por exemplo, no Nordeste

te, o feijão e a farinha de mandioca tem uma participação relativa muito maior no grupo de despesas  $< 2,0$  salários mínimos do que em qualquer outra região ou grupo familiar. Estes produtos sofreram queda absoluta de produção a partir de 1965 e, em consequência, seus preços relativos se elevaram acima da média.

A variação destes preços não foi, contudo, constante ao longo destes 12 anos. É possível se identificar dois subperíodos. O primeiro entre 1967 e 1973 com taxas de variação anuais médias mais baixas e o segundo entre 1973 e 1979, quando o aumento dos preços se acelerou, conforme tabela 7. As taxas médias anuais de crescimento geométrico no primeiro subperíodo se distribuíram em torno de 24,1% (que é o valor médio das 12 observações) e no segundo subperíodo em torno de 38,9% (valor médio das 12 observações). No primeiro subperíodo houve uma dispersão maior do que no segundo. O coeficiente de variação caiu de 3,45% para 1,72% entre o primeiro e o segundo subperíodos. Resultou disto, então, uma maior variação intraclasses no primeiro subperíodo em todas as quatro regiões. Comparando-se pela divisão das taxas anuais de crescimento das classes de despesas  $< 2,0$  salários mínimos pela  $> 30,0$  salários mínimos verifica-se que em São Paulo este índice cai de 1.034 para 1.021 do primeiro para o segundo subperíodo. No Rio a variação é de 1.056 para 1.016, no Sul de 1.056 para 1.000 e no Nordeste de 1.106 para 1.034. No subperíodo 1967/73 os preços de alimentação das famílias mais pobres cresceram mais rapidamente do que os das famílias mais ricas em todas as regiões. No Nordeste, contudo, a diferença foi mais acentuada. A partir de 1973, muito embora a variação média anual dos preços de alimentação tenha sido mais alta, as diferenças entre as diferentes classes de despesas foram menos acentuadas.

Desta forma, pode-se afirmar que a diferença nos índices de preços entre as diversas classes de renda foi um fenômeno que ocorreu principalmente entre 1967 e 1973.

TABELA 7

18

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS  
 ÍNDICES DE PREÇOS NOMINAIS DE ALIMENTAÇÃO, SEGUNDO  
 CLASSES DE DESPESAS, REGIÕES E SUBPERÍODOS  
 (1967-1973 e 1973-1979)

Subperíodo	< 2,0 Salários Mínimos				2,00 a 3,5 Salários Mínimos				> 30,0 Salários Mínimos			
	São Paulo	Rio	Sul	Nordeste	São Paulo	Rio	Sul	Nordeste	São Paulo	Rio	Sul	Nordeste
1967/73	24,4	24,6	24,6	26,1	23,6	23,5	23,5	24,6	23,6	23,3	23,3	23,6
1973/79	39,5	38,9	38,1	40,1	39,5	39,2	38,2	39,6	38,7	38,3	38,1	38,8
1967/79	31,7	31,6	31,1	32,9	31,3	31,1	30,7	31,9	30,9	30,6	30,5	30,9

FONTE: Tabela 6.

Analizando as diferenças inter-regionais para cada classe de despesas verifica-se também que as diferenças foram superiores no primeiro subperíodo e para as famílias mais pobres. No grupo < 2,0 salários mínimos, o índice Nordeste/São Paulo foi 1,070 e 1.015 para 1967/73 e 1973/79, respectivamente. Este índices caíram para 1.042 e 1.003 para a classe 2-3,5 salários mínimos e para 1.000 e 1.003 para a classe mais rica.

Resumindo, os dados sobre a evolução dos índices de preços de alimentação indicam que houve uma aceleração no aumento dos preços a partir de 1973. Mais foi no período anterior (1967/73) que se acentuaram as diferenças entre famílias de diferentes classes de renda e inter-regiões.

TABELA 8

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DOS CUSTOS NOMINAIS DA  
RAÇÃO ESSENCIAL DO SALÁRIO MÍNIMO, SÃO PAULO, 1967-1979  
(1967=100)

Ano	São Paulo	
	Raçao I	Raçao IV
1967	100	100
1968	118,9	118,8
1969	152,1	147,8
1970	189,0	179,6
1971	232,7	215,8
1972	268,5	254,3
1973	375,5	327,9
1974	488,0	403,2
1975	648,5	531,2
1976	937,6	788,0
1977	1.229,9	1.049,7
1978	1.829,5	1.391,4
1979	2.866,5	2.208,6

FONTE: SABÓIA, J.L.M, op. cit, p. 16.

Outra possibilidade de se avaliar a evolução dos preços de alimentação da população urbana de baixa renda no período 1967/79 é através do estudo da variação dos preços de ração essencial do salário mínimo. A ração essencial instituída em 1938 refere-se a um cesto de alimentos considerado, na época, como a quantidade mínima para o sustento de um trabalhador adulto. Sabóia recentemente estimou a variação dos preços da ração essencial para a cidade de São Paulo.<sup>18</sup> A tabela 8 reproduz alguns de seus resultados. A ração I refere-se ao conjunto de itens que o DIEESE tem pesquisado seus preços desde 1959 e a ração IV refere-se a outra estimativa de Sabóia onde ele, sempre que havia possibilidade de substituição, incluía produto de preço menor.<sup>19</sup> De sorte que a ração IV refere-se a um cesto com produtos de preços menores. É interessante se observar que a ração I apresenta uma taxa anual média de crescimento entre 1967 e 1979 muito próxima daquela exibida pelo grupo < 2,0 salários mínimos do Nordeste (32,3%) enquanto a ração IV apresenta uma taxa anual média de crescimento inferior a todas aquelas da tabela 7 (29,4%). Mais interessante ainda é o comportamento da evolução destes preços nos dois sub períodos. Entre 1967 e 1973 o crescimento anual médio da ração I foi de 24,7% enquanto da ração IV foi de 21,9%. No sub período 1973/79, a ração I cresceu à taxa anual média de 40,3% e a ração IV a 37,4%. Como no caso dos preços de alimentação por classes de despesas, houve uma aceleração do aumento dos preços a partir de 1973. Também, como naquele caso, a diferença maior entre o aumento dos preços das duas rações ocorreu no sub período 1967/73.

Pela análise das informações disponíveis para o Brasil pode-se observar que entre 1965 e 1975 houve uma queda na disponibilidade interna per capita de calorias e proteínas. Entre 1965 e 1975 teria havido uma recuperação devido, entre outros fatores, à expansão da oferta de trigo, principalmente atra-

vés de sua importação. A variação dos preços de alimentos ao consumidor acelerou-se a partir de 1973. Poder-se-ia afirmar, com base nos dados disponíveis, que o subperíodo 1965-75 se caracterizou pela redução da disponibilidade de alimentos e o subperíodo 1975-79 pela aceleração no aumento de seus preços.

Do ponto de vista da análise comparativa entre as famílias com rendimentos diferentes e as diversas regiões, os diferenciais dos preços de alimentos se acentuaram no primeiro subperíodo, ou mais precisamente entre 1967 e 1973. Esta diferenciação foi mais marcante ainda entre as famílias de renda mais baixa.

Para se avaliar o impacto deste aumento nos preços de alimentos sobre o padrão de vida das famílias é necessário conhecer a evolução da renda familiar real no mesmo período. Este impacto será maior nas famílias de rendimento mais baixo, uma vez que a alimentação tem um peso bem maior nas suas despesas. Se os salários crescerem mais rapidamente do que os preços não haverá nenhum impacto direto sobre o padrão de vida. Poderá ocorrer uma mudança no perfil de consumo destas famílias em função da mudança nos preços relativos, mas não será necessário uma queda de seu padrão de vida. Infelizmente não existem dados disponíveis de renda familiar no Brasil ano a ano para que se possa traçar a evolução da renda familiar real no período em questão. Uma maneira para se tentar uma aproximação é através da estimativa dos salários reais relevantes. No caso da população urbana de baixa renda, um indicador é o salário mínimo. O salário mínimo foi instituído no Brasil no final dos anos trinta e tem sido determinado diferencialmente para várias regiões desde os anos quarenta. No período entre 1965 e 1979, o salário mínimo foi alterado anualmente (no mês de maio).

É conhecido o fato de que o salário mínimo real no Brasil caiu consideravelmente nos anos sessenta e setenta em rela

ção ao seu valor nos anos 50.<sup>20</sup> Ao longo destes anos ocorreu também uma mudança significativa em sua cobertura. A percentagem de trabalhadores que recebiam rendimento abaixo do salário mínimo legal reduziu-se consideravelmente. Entre 1972 e 1976 a percentagem da população economicamente ativa que recebia até 1 salário mínimo caiu de 43,2% para 39,7%. Mais significativa é a percentagem daqueles que recebiam até 2 salários mínimos, qual seja, 75,4% em 1972 e 70,6% em 1976.<sup>21</sup>

Mesmo na hipótese de que ao longo destes anos os trabalhadores tenham tido, na sua maioria, ascensão na escala salarial e a queda no poder aquisitivo familiar tenha sido compensada pelo aumento da oferta de trabalho,<sup>22</sup> é pouco provável que grande parte das famílias urbanas de baixa renda tenha rompido os limites da renda familiar superior a 2 ou 3 salários mínimos. De sorte que a análise da evolução do salário mínimo real poderá dar uma idéia aproximada da evolução do padrão de vida da população urbana de renda baixa. A tabela 9 apresenta a evolução do salário mínimo em São Paulo e Recife deflacionado por quatro índices diferentes. O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) é o indicador geral da inflação no Brasil e se compõe do índice de preços por atacado, dos índices de custo de vida e da construção civil na cidade do Rio de Janeiro. Deflacionado pelo IGP-DI, o salário mínimo apresenta uma certa estabilização no período 1967-79. A elevação em 1973 refere-se à já conhecida manipulação dos índices neste ano. Os outros deflatores já foram discutidos acima e referem-se aos preços da alimentação. Observa-se uma clara queda no poder aquisitivo do salário mínimo, tanto em São Paulo quanto em Recife, entre 1967 e 1979. Entre 1968 e 1974 a queda é muito rápida nas duas áreas metropolitanas. A partir daí há uma recuperação sem voltar, contudo, até 1979 aos índices de 1967. Pode-se concluir, então, que medido pelos preços de alimentação, o poder aquisitivo do salário mínimo caiu no período. Dada a importância do salário mínimo como indicador da renda familiar das famílias urbanas mais

TABELA 9  
 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE SALÁRIO MÍNIMO REAL DE  
 SÃO PAULO E RECIFE, CONFORME DIFERENTES DEFLATORES 1967-1979  
 (1967=100)

Ano	São Paulo				Recife			
	(a) IGP-DI	(b) Custo de Alimentação < 2,0 S.M.	(c) Ração I	(c) Ração IV	(a) IGP-DI	(b) Custo de Alimentação < 2,0 S.M.	(c) Ração I	(c) Ração IV
1967	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1968	100,0	100,0	104,3	104,4	99,2	99,2	103,4	103,5
1969	96,7	89,5	95,3	98,1	94,7	91,6	93,4	96,1
1970	96,7	88,3	92,1	96,9	95,0	89,5	90,5	95,2
1971	97,2	85,7	90,2	97,3	94,9	84,7	88,1	95,0
1972	99,2	86,6	93,5	98,7	96,8	81,7	91,2	96,3
1973	100,7	79,2	78,0	89,4	98,6	71,4	76,4	87,5
1974	93,6	68,6	71,7	86,8	92,8	65,7	71,1	86,1
1975	99,2	70,0	73,1	89,2	98,7	66,3	72,8	88,9
1976	100,6	73,6	72,4	86,2	100,4	66,6	72,3	86,0
1977	101,7	78,2	79,6	93,3	101,3	70,7	79,5	93,2
1978	103,9	79,9	75,9	99,8	103,9	72,1	75,9	99,8
1979	102,7	77,5	73,6	95,6	103,8	70,2	74,4	96,6

FONTE: a) IGP-DI, Conjuntura Econômica, vários números

b) Custo de alimentação da classe de despesa < 2,0 salários mínimos, tabela 6

c) Ração I e Ração IV, tabela 8

Obs.: O salário mínimo refere-se à média anual.

pobres, seria possível dizer que o padrão de vida destas famílias teria caído entre a segunda metade dos anos sessenta e primeira metade dos anos setenta. Coincidemente, período de rápido crescimento econômico no Brasil. Bacha analisando outros indicadores de salário urbano dos trabalhadores não qualificados chegou à mesma conclusão<sup>23</sup> em relação aos anos 1966/77.

## 3 - FECUNDIDADE E PADRÃO DE VIDA

Existem pelo menos três possibilidades de relação entre variações no padrão de vida e nos níveis de fecundidade. A primeira refere-se à situação que geralmente tem sido descrita como das sociedades pré-industriais, onde o estudo sobre Beauvasis se constitui no caso clássico.<sup>1</sup> Em uma comunidade agrícola cuja produção é muito pouco diversificada e o nível de subsistência está próximo do mínimo fisiologicamente possível, havendo uma redução nas disponibilidades de recursos, a mortalidade se eleva e a fecundidade cai. A queda da fecundidade se dá, nesta situação, pela postergação dos casamentos. Este é o chamado mecanismo malthusiano que controla o tamanho relativo da população através dos "checks" positivo e preventivo.

A segunda situação se dá ainda em comunidades rurais cuja organização do trabalho é de alguma maneira camponesa e a transmissão da terra é feita através de um sistema de divisão da herança.<sup>2</sup> A divisão das terras permite, por um lado, a formação de vários domicílios e o crescimento mais rápido da população e, de outro lado, o padrão de vida cai, à medida em que se reduz a disponibilidade de recursos per capita.<sup>3</sup> Do ponto de vista de cada família é necessário que o número de filhos sobreviventes não caia, ao passo que, do ponto de vista do grupo, mesmo com redução no número médio de filhos por domicílio, o padrão de vida cairá, mantidas inalteradas a oferta global de terras e a tecnologia de produção.

A terceira possibilidade se refere à situação onde a distribuição de renda torna-se cada vez mais desigual devido a razões não demográficas. Neste caso um número crescente de famílias vai se tornando mais pobre. Aquelas famílias vivendo próximas ao nível da sobrevivência fisiológica irão se ajustar a

esta situação através do aumento da oferta de trabalho (quase sempre pela incorporação da mãe ao mercado de trabalho) e pela redução da fecundidade. Muito embora este caso possa, aparentemente, se confundir com o mecanismo malthusiano, ele é substancialmente diferente dado que o empobrecimento deste segmento da população ocorre independentemente de qualquer pressão demográfica sobre os recursos. A renda per capita média estaria inclusive aumentando.

Estas são algumas alternativas possíveis mas não necessariamente observadas. Um crescente volume de trabalhos tem sugerido, por exemplo, que o mecanismo malthusiano não representa o caso geral das flutuações pré-industriais na Europa Ocidental.<sup>4</sup> Wrigley e Schofield sugerem, por exemplo, que na Inglaterra as respostas entre variações na população e no salário real foram muito lentas com um hiato de, aproximadamente, 50 anos sem representar um sistema de equilíbrio.<sup>5</sup>

Embora haja alguma discussão quanto ao hiato sugerido por estes autores,<sup>6</sup> esta interpretação tende a ser predominante quanto às oscilações de longo prazo na fecundidade na Inglaterra pré-industrial.<sup>7</sup>

No curto prazo, Lee mostra, para o caso da Inglaterra, que a fecundidade é bastante sensível às variações nos preços de trigo (uma proxy para o padrão de vida) no período entre 1548 e 1834.<sup>8</sup> A tabela 10 apresenta as estimativas de Lee para as elasticidades da fecundidade em relação às variações nos preços de trigo, controlada a relação entre fecundidade e mortalidade. Verifica-se um padrão relativamente constante para os três sub-períodos com uma resposta maior no último subperíodo (1746-1834). O efeito é geralmente maior após o ano em que ocorreu o aumento do preço e aparece um eco positivo com um hiato de 2 anos. Segundo Lee este efeito positivo é devido à periodicidade do ciclo reprodutivo e ocorre, em geral, após 30 meses, que seria o

TABELA 10

ESTIMATIVAS DAS ELASTICIDADES DA FECUNDIDADE EM  
RELAÇÃO ÀS VARIAÇÕES NOS PREÇOS DO  
TRIGO, INGLATERRA, 1548-1834

Hiato/anos	1548-1834	1548-1640	1641-1745	1746-1834
0	- 0,073**	- 0,071**	- 0,066**	- 0,088**
1	- 0,086**	- 0,070**	- 0,077**	- 0,097**
2	0,047**	0,056**	0,024	0,040*
3	- 0,029**	- 0,034***	- 0,011	- 0,037*
4	- 0,003	- 0,015	- 0,001	- 0,002
Total	- 0,144	- 0,134	- 0,131	- 0,184

FONTE: Ronald Lee, op. cit., p. 375

\* - Significante ao nível de 0,01 porcento

\*\* - Significante ao nível de 0,05 porcento

\*\*\* - Significante ao nível de 0,10 porcento

intervalo médio entre nascimentos.<sup>9</sup> Existiriam várias razões para uma queda da fecundidade em resposta à redução no curto prazo do padrão de vida. Além da adoção do controle deliberado dos nascimentos, Lee sugere que a subnutrição pode causar amenorréia por fome e por stress.<sup>10</sup> Este autor diz, contudo, que existem evidências mostrando que, para haver efeitos sobre a concepção, seria necessário que o consumo diário per capita de calorias caísse abaixo do nível de 1.500.<sup>11</sup>

Qual teria sido o possível papel da variação do padrão de vida sobre a queda recente da fecundidade no Brasil?

Inicialmente, para avaliar esta questão, torna-se necessário distinguir um processo de longo prazo de possíveis efei-

tos de curto prazo. A compreensão mais geral dos determinantes da queda da fecundidade no Brasil não poderá se resumir a uma simples hipótese. Há de se levar em consideração o processo histórico da transição onde fatores estruturais como o processo de proletarização<sup>12</sup> e transformações na matriz institucional, que condicionaria as decisões dos indivíduos ou grupos, afetaria em última instância, direta ou indiretamente, o nível de fecundidade.<sup>13</sup>

Em segundo lugar, há de se levar em conta que diferentes grupos sociais poderiam estar sujeitos a diferentes mecanismos de regulação da fecundidade. O exemplo brasileiro mais evidente é o caso das famílias urbanas de renda mais alta que têm controlado a fecundidade há mais tempo.<sup>14</sup>

Finalmente, os efeitos do padrão de vida teriam tido algum papel, principalmente sobre as famílias urbanas de renda baixa, cujo acesso aos bens de subsistência se daria através do mercado. Este seria um componente de curto prazo que simplesmente intensificaria ou amorteceria a tendência histórica da transição. Em outras palavras, estaria ocorrendo um processo de queda da fecundidade e variações no padrão de vida responderiam pelo distanciamento dos níveis da fecundidade em torno desta tendência.

Ademais, é bem provável que a fecundidade atualmente seja ainda mais sensível às variações no padrão de vida nos segmentos assalariados mais pobres do que foi nas sociedades europeias pré-industriais. Isto devido à atual disponibilidade dos métodos anticoncepcionais modernos.<sup>15</sup>

As informações disponíveis sobre fecundidade no Brasil, cobrindo o território nacional e as diversas regiões, e as variações ao longo do tempo referem-se às taxas de fecundidade total estimadas através de técnicas indiretas com os dados dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostras de

Domicílios (PNADS). A tabela 11 reproduz estas estimativas baseadas nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. As estimativas com os dados de 1970 foram realizadas por José Alberto M. de Carvalho e referem-se à média da década de sessenta.<sup>16</sup> As estimativas com os dados definitivos do Censo Demográfico de 1980 foram efetuadas pelos técnicos da FIBGE e referem-se à média do período 1975/80.<sup>17</sup> Observa-se que neste período houve uma queda de 25,5% nos níveis de fecundidade para o Brasil. A queda de fecundidade urbana foi maior do que da fecundidade rural. A tabela 11 apresenta as estimativas para 14 estados que constituem as regiões do Nordeste (incluindo os estados da região das secas), Sudeste e Sul. A queda foi generalizada. A única exceção foi no Alagoas rural,<sup>18</sup> onde as estimativas apresentam um ligeiro aumento de 8,33 para 8,39.

A tabela 12 ordena as estimativas das taxas de fecundidade total por domicílio para os 14 estados selecionados. Observa-se que os estados do Nordeste tem níveis superiores aos estados das regiões Sudeste e Sul. A queda ocorrida no período não foi suficiente para alterar este quadro para a fecundidade urbana nem para a rural. Quanto à fecundidade rural parece que a queda foi, em média, maior naqueles estados onde os níveis de 1960/70 já eram relativamente mais baixos. Quanto à fecundidade urbana os dados não demonstram nenhum padrão de variação muito claro. Se a queda maior ocorreu no estado com nível mais alto em 1960/70 (Rio Grande do Norte), a queda menor ocorreu em São Paulo e em Alagoas. Rio Grande do Sul, que possuía o nível mais baixo em 1960/70, apresentou uma queda semelhante àquela da Bahia.

Dois aspectos que interessam diretamente ao argumento deste trabalho infelizmente não aparecem diretamente nos dados disponíveis. O primeiro refere-se aos diferenciais da que-

TABELA 11

30

NÍVEIS DE TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL, MÉDIAS PARA OS  
PERÍODOS 1960/70 e 1975/80, POR ESTADOS SELECIONADOS E DOMICÍLIO

Estados	Total			Urbano			Rural		
	1960/70 (1)	1975/80 (2)	Variação % (3) = $\left[ \frac{(2)}{(1)} \right] - 1$	1960/70 (1)	1975/80 (2)	Variação % (3) = $\left[ \frac{(2)}{(1)} \right] - 1$	1960/70 (1)	1975/80 (2)	Variação % (3) = $\left[ \frac{(2)}{(1)} \right] - 1$
Brasil	5,84	4,35	- 25,5%	4,73	3,63	- 23,3	7,64	6,40	- 16,2
a) Nordeste									
Ceará	7,78	6,05	- 22,2	6,63	4,48	- 32,4	8,70	7,75	- 10,9
Rio Grande do Norte	8,60	5,67	- 34,1	7,40	4,73	- 36,1	9,88	7,45	- 24,6
Paraíba	7,77	6,19	- 20,3	6,73	5,13	- 23,8	8,63	7,65	- 11,4
Pernambuco	7,25	5,40	- 25,5	6,28	4,35	- 30,7	8,64	7,59	- 12,2
Alagoas	7,53	6,67	- 11,4	6,48	5,23	- 19,3	8,33	8,39	+ 0,7
Sergipe	7,88	6,03	- 23,5	6,77	4,72	- 30,3	9,96	8,05	- 19,2
Bahia	7,42	6,23	- 16,0	6,45	5,13	- 20,5	8,19	7,57	- 7,5
b) Sudeste									
Minas Gerais	6,31	4,31	- 31,7	5,31	3,70	- 30,3	7,67	5,95	- 22,4
Espírito Santo	7,83	4,28	- 45,3	5,31	3,77	- 29,0	6,56	5,50	- 15,2
Rio de Janeiro	3,95	2,94	- 25,6	3,70	2,82	- 23,8	7,00	4,79	- 31,5
São Paulo	4,13	3,24	- 21,5	3,76	3,11	- 17,3	6,17	4,59	- 25,5
c) Sul									
Paraná	6,41	4,12	- 35,7	4,85	3,53	- 27,2	7,57	5,23	- 30,9
Santa Catarina	6,37	3,82	- 40,0	5,13	3,39	- 33,9	7,48	4,60	- 30,5
Rio Grande do Sul	4,49	3,11	- 30,7	3,61	2,86	- 20,8	5,74	3,78	- 34,1

FONTE: Período 1960/70: José Alberto M. de Carvalho - Fecundidade e Mortalidade no Brasil-1960/70, Relatório de Pesquisa, CEDEPLAR, 1978

1975/80: Nilza de Oliveira Martins Pereira (org.) "Avaliação dos dados Básicos para Estimativas de Fecundidade e Mortalidade; I Seminário Metodológico sobre Censos Demográficos, ABEP, maio de 1983.

TABELA 12

TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL 1960/70 POR ESTADO DA  
FEDERAÇÃO E DOMICÍLIO, E VARIAÇÕES PERCENTUAIS NO  
PERÍODO 1960/70 A 1975/80

	Urbano			Rural		
	Estados	TFT 1960/70	Variação	Estados	TFT 1960/70	Variação
			$\frac{60/70}{75/80}$			$\frac{60/70}{75/80}$
Nordeste	Rio Grande do Norte	7,40	- 36,1 %	Sergipe	9,96	- 19,2
	Sergipe	6,77	- 30,3	Rio Grande do Norte	9,88	- 24,6
	Paraíba	6,73	- 23,8	Ceará	8,70	- 10,9
	Ceará	6,63	- 32,4	Pernambuco	8,64	- 12,2
	Alagoas	6,48	- 19,3	Paraíba	8,63	- 11,4
	Bahia	6,45	- 20,5	Alagoas	8,39	+ 0,7
	Pernambuco	6,28	- 30,7	Bahia	8,19	- 7,5
Sudeste-Sul	Minas Gerais	5,31	- 30,3	Minas Gerais	7,67	- 22,4
	Espírito Santo	5,31	- 29,0	Paraná	7,57	- 30,9
	Santa Catarina	5,13	- 33,9	Santa Catarina	7,48	- 30,5
	Paraná	4,85	- 27,2	Rio de Janeiro	7,00	- 31,5
	São Paulo	3,76	- 17,3	Espírito Santo	6,56	- 15,2
	Rio de Janeiro	3,70	- 23,8	São Paulo	6,17	- 25,5
	Rio Grande do Sul	3,61	- 20,8	Rio Grande do Sul	5,74	- 34,1

FONTE: Tabela 11.

da na fecundidade por grupos de renda. Dado os níveis de fecundidade em 1970 para os grupos de renda familiar mais alta<sup>19</sup> de domicílio urbano, a queda da fecundidade das famílias urbanas de renda baixa teria sido superior às taxas de variação apresentadas na tabela 12.

O segundo refere-se a possíveis variações na velocidade da queda ao longo do período 1965-1980. Não existem dados disponíveis sobre níveis de fecundidade ano a ano. A distribuição etária no Censo de 1980 mostra, contudo, uma alteração curiosa: o grupo etário 5-9 anos está relativamente menor se comparado com o grupo etário 0-4.

TABELA 13

RELAÇÃO ENTRE GRUPOS ETÁRIOS 5-9, 0-4 e 10-14  
DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO, 1940-1980

Ano	Masculino		Feminino	
	5-9/0-4	10-14/5-9	5-9/0-4	10-14/5-9
1940	0,899	0,919	0,891	0,935
1950	0,842	0,889	0,837	0,911
1960	0,911	0,829	0,907	0,853
1970	0,976	0,873	0,973	0,890
1980	0,900	0,957	0,899	0,974

FONTE: Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Verifica-se na tabela 13 que em 1980 há uma queda na relação 5-9/0-4 e um aumento na relação 10-14/5-9. Isto significa que o grupo etário 5-9 em 1980 está relativamente menor do

que em 1970 e 1960. Uma possibilidade para justificar esta alteração na estrutura etária da população seria uma mudança na fecundidade e/ou na mortalidade entre o primeiro e o segundo quinquênio da década de setenta.<sup>20</sup>

Em se confirmando uma queda mais acentuada da fecundidade no início da década, principalmente entre as famílias urbanas de renda mais baixa, haverá razões para se supor que a queda no padrão de vida entre 1965 e 74, conforme visto anteriormente, teria atuado no sentido de acelerar o declínio da fecundidade urbana no Brasil.

Existem algumas outras evidências relativas à deterioração do padrão de vida neste período e suas relações a dinâmica demográfica. Tanto Wood quanto Sawyer observaram um aumento na taxa de mortalidade infantil em Belo Horizonte e São Paulo no período 1961-1973 quando o salário mínimo real também estava caindo.<sup>21</sup>

Finalmente, quanto aos possíveis efeitos sobre a qualidade de vida, decorrentes da organização de serviços urbanos (disponibilidade de serviços médicos, políticas habitacionais, serviços benficiais, etc) é muito difícil uma avaliação quantitativa. Pode-se supor que ao longo do tempo uma ampliação dos serviços urbanos tenha atuado no sentido de melhorar a qualidade de vida daqueles que tiveram acesso a estes serviços. É provável, inclusive, que tais serviços tenham tido um efeito no sentido de reduzir a mortalidade infantil, contrabalançando o efeito da queda no salário real. Relativamente à fecundidade é difícil avaliar a priori seu efeito, a menos que se admita um movimento no sentido de reforçar o uso dos mecanismos da controle da fecundidade.

## 4 - CONCLUSÕES

Este trabalho procurou explorar as possíveis relações entre variações no padrão de vida da população urbana de baixa renda e seus níveis de fecundidade no Brasil após 1965.

Os dados disponíveis sobre preços de alimentos e salários dos trabalhadores urbanos não-qualificados indicam ter havido uma queda do salário real no período pós-65 relativamente aos níveis da década de cinqüenta. De fato, a queda do salário real foi maior quando deflacionado pelos índices de preços de alimentos. Isto significa que, no período, houve uma mudança significativa na estrutura de preços relativos tornando os alimentos mais caros. É possível identificar dois subperíodos. O primeiro de 1965 a 1974, quando teria havido uma redução nas disponibilidades per capita/dia de calorias e proteínas e um alargamento nos diferenciais de renda entre os diversos segmentos da população. Neste período, a queda do salário real foi mais acentuada. O segundo de 1974 a 1979, quando ocorreu uma ligeira recuperação nas disponibilidades calórica e protéica e nos salários reais. Neste subperíodo a variação anual dos preços foi superior, mas os salários conseguiram acompanhá-la relativamente ao que aconteceu no subperíodo anterior.

Infelizmente, não existem estimativas das variações anuais dos níveis de fecundidade por renda familiar. Dada a estrutura etária da população brasileira, exibida pelo Censo Demográfico de 1980, existem suspeitas de que a queda da fecundidade teria sido mais acentuada no período entre a segunda metade da década de sessenta e a primeira metade da década de setenta. Tais suspeitas são mais fortes em relação à população urbana. Cabe lembrar que existem algumas evidências mostrando uma elevação da mortalidade infantil nos municípios de São Paulo e

Belo Horizonte no mesmo período. Queda da fecundidade ou aumento da mortalidade infantil teria o mesmo efeito sobre a estrutura etária. Resta saber se elas aconteceram simultaneamente e suas relações com o padrão de vida.

Diante das experiências históricas é possível que a queda no padrão de vida no Brasil tenha atuado no sentido da intensificação da queda da fecundidade nos segmentos urbanos mais pobres. No caso brasileiro recente, é possível ainda que a elasticidade da fecundidade relativa às variações no padrão de vida seja maior do que os valores estimados para a Inglaterra, por exemplo, devido ao acesso mais fácil atualmente aos métodos anticoncepcionais modernos que são também muito mais eficientes. Pela mesma razão, é razoável se supor que o hiato de resposta da fecundidade seja igualmente menor, principalmente se ocorrendo em um contexto de transição da fecundidade. Vale dizer, se outros determinantes estão também atuando na mesma direção.

Se os dados disponíveis não permitem uma resposta definitiva, as indicações, por mais precárias que sejam, sugerem a necessidade de se levar em conta a variação dos preços relativos na análise da recente queda da fecundidade no Brasil entre as famílias urbanas de renda baixa.

## REFERÊNCIAS

## SEÇÃO 1

- 1 - Para o caso de CUBA, Ver CELADE, Cuba: El descenso de la Fecundidad, 1964-1978, San José, Costa Rica, 1981 e DIAS-BRIQUETS, Sergio and PEREZ, Lisandro, "Fertility decline in Cuba: a socioeconomic interpretation", Population and Development Review, 8(3), set. 1982, p. 513-537. Para o caso do Brasil ver BERQUÓ, Elza "Algumas indagações sobre a recente queda de fecundidade no Brasil", trabalho apresentado na VI Reunião do grupo de trabalho sobre o Processo de Reprodução da População, Comissão de População e Desenvolvimento da CLACSO, Teresópolis, abril de 1980; CARVALHO, José A.M., PAIVA, Paulo e SAWYER, Donald, "The recent sharp decline in fertility in Brazil: economic boom, social inequality and baby bust", México, the Population Council, Working Paper nº 8, julho de 1981 e MERRICK, Thomas, "Determinants of Brazil's recent fertility decline" trabalho preparado para a National Academy of Sciences, Washington, 1982.
- 2 - Para uma discussão destes aspectos ver BALÁN, Jorge e JELIN, Elizabeth, Taller sobre las condiciones de vida de los sectores populares urbanos: informe sobre sus resultados. Buenos Aires, the Population Council, Documentos de trabalho nº 5, junho de 1980.

## SEÇÃO 2

- 1 - HADDAD, Claudio. Crescimento do produto real brasileiro - 1900/1947. In: VERSIANI, F.B. e MENDONÇA DE BARROS, J.R. (ed.), Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Edição Saraiva, 1977 p. 153.
- 2 - Idem.
- 3 - Para uma discussão detalhada destas transformações ver MENDONÇA DE BARROS, J.R. e GRAHAM, Douglas H. A Agricultura Brasileira e o problema de produção de alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, 8(3): 695-726, dez. 1978; LEMOS, Maurício Borges e SERVILHA, Valdemar. Formas de organização de produção de arroz e feijão no Brasil. Brasília, Binagri, 1979 e HOMEM DE MELO, Fernando. Disponibilidade de alimentos e efeitos distributivos: Brasil, 1967/79. Pesquisa e Planejamento Econômico, 12(2): 343-98, ago. 1982.

- 4 - HOMEM DE MELO, op. cit.
- 5 - De 1964-66 até 1974-76, a taxa anual de crescimento da produção de arroz mostrou-se negativa nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a taxa relativa à produção de feijão foi negativa no Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo, segundo LEMOS e SERVILHA, op. cit., p. 48-9.
- 6 - MENDONÇA DE BARROS e GRAHAM, op. cit., p. 702.
- 7 - Ver DIEESE, Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida. Estudos Sociais e Econômicos, 2, São Paulo, janeiro de 1974.
- 8 - HOMEM DE MELO, op. cit., Os comentários que seguem estão baseados neste artigos de HOMEM DE MELO, exceto quando houver referência específica a outro trabalho.
- 9 - O autor chama a atenção para a interpretação das estimativas das disponibilidades para o consumo humano face à ausência de indicadores da participação do consumo animal destes produtos ao longo do período.
- 10 - Ver HOMEM DE MELO, op. cit., especialmente p. 362 a 366. Em junho de 1983, o governo brasileiro eliminou o subsídio aos preços aos consumidores dos derivados de trigo.
- 11 - HOMEM DE MELO, op. cit., p. 375.
- 12 - SABOIA, João L.M. As causas da difusão da posse dos bens de consumo duráveis no Brasil, Rio de Janeiro, Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE), fevereiro de 1983, p. 92.
- 13 - MENDONÇA DE BARROS e GRAHAM, op. cit., p. 712.
- 14 - ALVES, Edgard L.G. e VIEIRA, José L.T.M. Evolução do padrão de consumo alimentar da população da cidade de São Paulo. Pesquisa e Planejamento Econômico, 8(3): 727-56, dez., 1978.
- 15 - ALVES e VIEIRA, op. cit., p. 750.
- 16 - HOMEM DE MELO, op. cit., p. 386-93. Os dados relativos às despesas foram obtidos nos levantamentos de orçamentos familiares da ENDEF referentes aos anos 1974/75 e os dados de preços referem-se ao índice de custo de vida para São Paulo calculados pela FIPE.

- 17 - Estas estimativas foram calculadas pela divisão do índice de 1979 da classe < 2,00 salários mínimos pelo índice no mesmo ano da classe > 30,0 salários mínimos.
- 18 - SABOIA, João L.M. A razão essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo - 1940/1981. Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. (Texto para Discussão, 23).
- 19 - Idem, p. 3.
- 20 - Entre outros ver SOUZA, Paulo Renato e BALTAR, Paulo E. Salário mínimo e taxa de salário no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, 9(3): 629-60, dez. 1979.
- 21 - Dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), 1972 e 1976.
- 22 - Isto parece ter ocorrido no Brasil neste período. Ver CARVALHO, J.A., PAIVA, P.T.A. e SAWYER, D. op. cit.
- 23 - BACHA, Edmar. Crescimento urbano, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico 9(3): 585-628, dez. 1979. Neste artigo o autor analisou a evolução dos salários reais de trabalhadores da construção civil (serventes e pedreiros) e o salário mediano da indústria de transformação.

### SEÇÃO 3

- 1 - Ver GOUBERT, Pierre. Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730, Paris, SEVPEN, 1960; e também, entre outros, WRIGLEY, E.A. Population and History. New York, McGraw-Hill, 1969; HABAKKUH, Population Growth and Economic Development since 1750. Leicester University Press, 1972 e WRIGLEY, E.A. and SCHOFIELD, R.S., The Population History of England, 1541-1871: A Reconstruction, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1981.
- 2 - Sobre as relações entre sistemas de heranças e fecundidade ver BERKNER, Lutz and MENDELS, Franklin, Inheritance Systems, Family Structure, and Demographic Patterns in Western Europe, 1700-1900. In TILLY, Charles (ed.) Historical Studies of Changing Fertility. Princeton, Princeton University Press, 1978, p. 209-23 e BERKNER, Lutz. Peasant household organization and demographic change in Lower Saxony (1689-

1766). In LEE, Ronald (ed.) Population Patterns in the Past. New York, Academic Press, 1977, p. 53-69.

- 3 - Este ponto foi desenvolvido por BERKNER no artigo citado na nota 2, acima.
- 4 - Ver, entre outros, WRIGLEY e SCHOFIELD, op. cit., p. 451 e SMITH, Richard. Fertility, economy and household formation in England over three centuries. Population and Development Review, 7(9): 595-622, dez. 1981.
- 5 - WRIGLEY e SCHOFIELD, op. cit., p. 451.
- 6 - Ver OLNEY, Martha L. Fertility and the Standard of Living in Early Modern England: In consideration of Wrigley and Schofield. The Journal of Economic History, XLIII (1), março 1983. 71-77. Neste trabalho a autora encontrou hiatos mais curtos.
- 7 - A idéia da divisão entre uma dinâmica pré-industrial e outra, a partir da revolução industrial, dando a esta um peso muito grande na explicação da transição na Inglaterra, tem sido criticada por Richard Smith.
- 8 - LEE, Ronald, Short-term variation: vital rates, prices and weather. in WRIGLEY e SCHOFIELD, op. cit., p. 356-401.
- 9 - Idem, p. 370.
- 10 - Idem, p. 370. É interessante lembrar que este ponto, de certa maneira, já apareceu nas discussões sobre a queda da fecundidade no Brasil. Elza Berquó, por diversas vezes, apontou a possibilidade dos efeitos negativos da queda no padrão de vida sobre a libido.
- 11 - Idem, p. 370.
- 12 - Sobre isto ver, PAIVA, Paulo. Algumas hipóteses sobre as relações entre proletarização e fecundidade no Brasil. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1980; CARVALHO, J.A.M., PAIVA, Paulo e SAWYER, D., op. cit., e PAIVA, Paulo. O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. Trabalho apresentado à VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Processo de Reprodução da População, da Comissão de População e Desenvolvimento da CLACSO, Cuernavaca, México, fev. 1982.

- 13 - No caso do Brasil são importantes os trabalhos do CEBRAP. De fato, foi o grupo do CEBRAP que primeiro desenvolveu no Brasil o estudo sobre os determinantes institucionais da fecundidade. Ver CEBRAP. Estudos de População, vários números.
- 14 - CARVALHO, J.A.M. e PAIVA, Paulo. Estrutura de Renda e Padrões de Fecundidade no Brasil. In COSTA, M.A. (ed.). Fecundidade: Padrões Brasileiros. Rio de Janeiro, Altiva, p. 21-38.
- 15 - Grosseiramente, utilizando a elasticidade acumulada para o período 1548-1834 (-0,144) da tabela 10 poder-se-ia estimar que uma queda de 10% no padrão de vida resultaria em uma queda de 1,4% na fecundidade ao longo de 5 anos. A continuação da queda no padrão de vida teria efeitos cumulativos sobre a queda da fecundidade.
- 16 - CARVALHO, José Alberto M. Fecundidade e Mortalidade no Brasil - 1960-1970. Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, dez. de 1978. (Relatório de Pesquisa).
- 17 - PEREIRA, Nilza de Oliveira M. (org.) Avaliação dos dados básicos para estimativas de fecundidade e mortalidade. In I Seminário Metodológico sobre Censos Demográficos, ABEP, maio de 1983, p. 49-166.
- 18 - Outra exceção foi no Maranhão rural onde a taxa de fecundidade total teria crescido de 6,99 para 7,40. Neste caso é importante salientar que a estimativa para 60/70 é bastante inferior aos níveis de todos os outros estados das regiões Norte e Nordeste e, praticamente, igual ao nível da população urbana.
- 19 - CARVALHO, J.A.M. e PAIVA, Paulo, op. cit., p. 36 apresentam estimativas das taxas de fecundidade total por condição de domicílio e renda familiar. No quadro urbano, famílias com renda superior a 4 salários mínimos apresentavam níveis inferiores a 3,0. É fácil supor que nos estados do Sudeste e Sul estes níveis deveriam ser ainda alguma coisa mais baixos.
- 20 - José Alberto M. de Carvalho, Diana O. Sawyer e Clotilde A. Paiva, que participaram do Seminário Metodológico de Avaliação do Censo Demográfico de 1980, patrocinado pela ABEP, me informaram que esta diferença para a população urbana foi ainda mais acentuada, não sendo de todo impossível que a fecundidade tenha caído mais rapidamente no início da década.

- 21 - WOOD, Charles H. Infant mortality trends and capitalist development in Brazil: the case of São Paulo and Belo Horizonte. Latin American Perspective, 4(4): 56-64, Fall, 1977  
e SAWYER, Diana Oya. Mortality-fertility relationships through historical socio-economic change: the case of São Paulo, Brazil. Harvard University, 1980. (Tese de Doutorado).

LISTA ATUALIZADA DAS PUBLICAÇÕES DO CEDEPLAR - 1983

Série Monográfica

M.1 - INTERDEPENDÊNCIA ESTRUTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, por Paulo Roberto Haddad. 1969. 59p. 3a. reimpressão.

SUMÁRIO: Introdução. 1 - O Modelo de Insumo-Produto da Matriz do IPEA - Brasil (1959). 2 - O Modelo Utilizado no Quadro de Insumo-Produto para Minas Gerais - 1953. 3 - O Modelo de Isard e sua Aplicação na Pesquisa de Contagem - 1967. 4 - O Papel das Importações e das Exportações nas três Matrizes. 5 - A Forma Triangular da Matriz de Transações. 6 - Comparações das Estruturas Produtivas. 7 - Alguns Problemas Estatísticos Relativos ao Levantamento das Matrizes - Conclusões.

M.2 - BASE ECONÔMICA E FLUXOS INTERSETORIAIS, por Samuel Schickler e Paulo Roberto Haddad. 1970. 39p. 2a. reimpressão.

SUMÁRIO: Introdução. 1 - O Conceito de Base Econômica/Multiplicador de Emprego. 2 - O Modelo Hansen-Tiebout. 3 - Modelo Utilizado para o Levantamento da Matriz de Transações de Contagem. - Apêndice.

M.3 - UM ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS POR MEIO DE UM MÉTODO DE POTENCIAL, por Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. 1971. 39p. 3a. reimpressão.

SUMÁRIO: Introdução. 1 - Apresentação do Modelo. 2 - Aplicação da Técnica de Regionalização por Meio do Modelo de Potencial. 3 - A Regionalização por Meio das Isopotenciais. - Apêndice. - Relação de Mapas e Quadros.

M.4 - UMA METODOLOGIA PARA UM ESTUDO DE POLARIZAÇÃO E SELEÇÃO DE PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS, por Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. 1971. 85p. Esgotada

SUMÁRIO: Introdução. 1 - A Identificação dos Pólos de Atração. 2 - A Determinação das Implicações dos Objetivos de Desenvolvimento Setoriais sobre o Espaço Geográfico do Estado de Minas Gerais. 3 - A Seleção Final dos Pólos de Desenvolvimento. - Anexos. - Relação dos Anexos e Mapas.

M.5 - RELAÇÕES INTERINDUSTRIAIS EM MINAS GERAIS, por Marcelo Parizzi, Paulo Roberto Haddad e Márcio Olympio Guimarães Henriques. 1972. 33p. (reimpressão, 1974).

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Metodologia. 3 - Comparações de Estruturas Produtivas. 4 - Conclusões.

M.6 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TENTATIVA DE DIAGNÓSTICO PARA O PLANEJAMENTO DO VALE DO RIO DOCE, por Márcio Olympio Guimarães Henriques e José Birchall Wanderley. 1972. 68p. 1a. reimpressão.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Relatório sobre a Delimitação da Região de Influência da Cia. Vale do Rio Doce. 3 - Relatório sobre a Situação Atual e Levantamento dos Problemas da Área. - Índice de Ilustrações.

M.7 - TEORIA DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO, por Paulo Roberto Haddad e Jacques Schwartzman. 1972. 73p. 1a. reimpressão.

SUMÁRIO: Introdução. 1 - A Evolução Econômica de Itabirito - Estrutura de Localização da Usina Siderúrgica em Itabirito. Análise da Localização da Indústria Têxtil. 2 - Análise do Impacto da Firma Motriz em Itabirito. 3 - Apêndice - Tabelas.

M.8 - TENDÊNCIAS REGIONAIS DE FECUNDIDADE E MORTALIDADE NO BRASIL, por José Alberto Magno de Carvalho. 1974. 95p.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Evolução da Fecundidade. 3 - Evolução da Mortalidade. 4 - Evolução das Taxas Líquidas de Reprodução e das Taxas Intrínsecas de Crescimento. - Conclusão - Apêndice.

M.9 - DIFERENÇAS INTER-REGIONAIS DE FECUNDIDADE NO BRASIL, de 1950 a 1970, por Thomas William Merrick. 1974. 39p.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Tendências Regionais de Fecundidade. 3 - Índice de Diferenças Inter-Regionais. 4 - Migração e Diferenças Inter-Regionais de Fecundidade. 5 - Sumário e Conclusões. 6 - Implicações e Limitações. 7 - Apêndice. 8 - Referências Bibliográficas.

M.10 - A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS CLÁSSICAS DA ECONOMIA ESPACIAL. SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES, por Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. 1975. 318p. Esgotada

SUMÁRIO: Introdução. 1 - Uma Forma de Abordagem da Evolução da Economia Espacial Clássica. 2 - Os Marcos de Referência. 3 - O Descaso pelo Fenômeno Espacial. 4 - As Desigualdades da Distribuição das Atividades. 5 - Johann Heinrich Von Thünen (1783-1850). 6 - Alfred Weber (1868-1958). 7 August Lösch (1906-1945). 8 - Aspectos Gerais da Evolução das Teorias Clássicas da Economia Espacial de Von Thünen a Lösch. 9 - Considerações Finais. - Anexo. - Apêndice.

M.11 - CONSTRUÇÃO CIVIL: ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E ASPECTOS GERAIS, por César Manoel de Medeiros. 1976. 123p.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - A Importância da Construção Civil na Estratégia de Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento. 3 Determinação dos Salários da Mão-de-Obra Empregada na Construção da RMBH. 4 - O Papel da Construção Civil na RMBH. 5 - Síntese das Conclusões. - Apêndices. - Bibliografia.

M.12 - A RECENTE QUEDA DA FECUNDIDADE NO BRASIL: EVIDÊNCIAS E INTERPRETAÇÃO, por José Alberto Magno de Carvalho, Paulo de Tarso Almeida Paiva e Donald R. Sawyer. 1981. 65p.

SUMÁRIO: Introdução. I. Tendências Demográficas no Brasil. II. Prevalência do Controle da Fecundidade. III. Base Econômica da Busca Queda da Fecundidade. Notas Conclusivas. Notas. Bibliografia.

Série de Textos para Discussão

T.D.1 - ESTUDO DE ALTERNATIVAS ESPACIAIS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DE SAO PAULO, por Márcio Olympio Guimarães Henriques. 1974. 75p. Esgotado

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - A Noção de Estratégia. 3 - Discussão de Estratégias: A Introdução do Elemento Espaço. 4 - Estratégias Espaciais de Desenvolvimento Regional. 5 - Conclusão.

T.D.2 - PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL E O PLANEJAMENTO REGIONAL, por Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha. 1974. 134p. Esgotado

SUMÁRIO: 1 - Tentativa de Integração dos Aspectos da Teoria Locacional e da Teoria do Desenvolvimento Regional. 2 - Teorias do Desenvolvimento Regional. 2 - Teorias do Desenvolvimento Espacial. 3 - Planejamento Regional, Industrial e Urbano. 4 - Conclusões. - Bibliografia.

T.D.3 - PROGRAMAS REGIONAIS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO FEDERAL, por Márcio Olympio Guimaraes Henriques. 1974. 69p. Esgotado

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Aspectos da Política de Desenvolvimento Regional dos Planos Nacionais. 3 - Os Programas do Governo Federal. - Conclusão.

T.D.4 - O MULTIPLICADOR DE EMPREGOS: PROJETO DE ESTUDOS PARA CIDADES PEQUENAS, por Morvan de Mello Moreira. 1974. 46p.

SUMÁRIO: 1 - Introdução Geral. 2 - Teoria. 3 - Procedimento Metodológico. 4 - Bibliografia Citada e Consultada. - Obras não Citadas no Corpo do Trabalho.

T.D.5 - INTRODUÇÃO PARA NORMALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS, por Suzy de Souza Queiroz. 1974. (Circulação Interna)

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Natureza do Texto. 3 - Estratégia para Elaboração de uma Pesquisa. 4 - Redação do Trabalho. 5 - Bibliografia Consultada. 6 - Apêndice.

T.D.6 - PADRÕES REGIONAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL DE 1950 a 1970, por Paulo Roberto Haddad. 1975. 71p. Esgotado

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Métodos de Análise. 3 - A Estrutura Regional do Emprego Industrial na Economia Brasileira: 1950-70. 4 - Tabelas.

T.D.7 - A AGRICULTURA E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL, por Valdemar Servilha. 1977. 127p. Esgotado

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - A Questão Agrária e as Interpretações Existentes. 3 - A Agricultura Primitiva e a Acumulação de Capital. 4 - A Penetração do Capital no Campo. 5 - Bibliografia.

T.D.8 - SOBRE O CONCEITO DE REVOLUÇÃO MARGINALISTA EM SCHUMPETER, por João Antônio de Paula. 1977. 57p.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - O Conceito de Revolução Marginalista em Schumpeter. 3 - Utilidade Marginal: do Entusiasmo ao Repúdio, - Bibliografia.

T.D.9 - NOTAS SOBRE A ECONOMIA DA BORRACHA NO BRASIL, por João Antônio de Paula. 1980. 41p.

SUMÁRIO: 1 - A Gênese da Economia da Borracha no Brasil. 2 - O Sistema de Aviação. 3 - A Manutenção dos Padrões da Economia do Seringal Nativo. 4 - As Fontes de Extração do Excedente. 5 - O Processo de Trabalho: O Progresso Técnico Ausente. 6 - Seringal de Cultivo e as Relações de Produção. 7 - A Permanência do Seringal Nativo.

T.D.10 - A ECONOMIA ESCRAVISTA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX, por Roberto Borges Martins. 1980, 69p, 1<sup>a</sup> reimpressão. (\*)

T.D.11 - DO URBANISMO À POLÍTICA URBANA: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, por Roberto Luís de Melo Monte-Mór. 1981. 43p. Esgotado

SUMÁRIO: 1 - O Urbanismo: Principais Influências no Brasil, 2 - Brasília, o Apogeu do Urbanismo Racionalista, 3 - O Planejamento Urbano: Um Novo Enfoque. 4 - O Planejamento Local Integrado para o Desenvolvimento - Uma Política Equivocada? 5 - Política Urbana Nacional - Um Novo Paradigma. 6 - Algumas Considerações Finais. 7 - Bibliografia.

T.D. 12 - URBANIZAÇÃO, TERCIARIZAÇÃO E ESPAÇO, por Maurício Borges Lemos. 1982. 55p. (\*)

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - As Teorias Espaciais. 3 - O Espaço e as Leis de Dinâmica Capitalista em Marx. 4 - Trabalho Produtivo versus Improdutivo (ou Mercadorias versus Serviços). 5 - Urbanização, Terciarização e Espaço. 6 - Conclusão. Notas

T.D.13 - AGRICULTURA, ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MINAS GERAIS - 1950/1980, por Maria Regina Nabuco Palhano. 1982. 57p. (\*)

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - As Regiões e sua Articulação ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista. 3 - O Caso do Triângulo Mineiro: a - O Triângulo Mineiro e a Complementariedade entre Acumulação Capitalista Industrial e expansão agrícola; b - A Identidade entre Acumulação Capitalista Industrial e Agrícola. - Notas.

T.D.14 - FECUNDIDADE E PADRÃO DE VIDA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, por Paulo de Tarso Almeida Paiva. 1983. 41p. (\*)

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Evolução dos Preços de Alimentos. 3 - Fecundidade e Padrão de Vida. 4 - Conclusões. - Referências.

Outros Trabalhos

MIGRAÇÕES INTERNAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Vários autores. 1973. 421p. 1<sup>a</sup> reimpressão. Esgotada

SUMÁRIO: Parte I - Migrações Internas e Problemas Urbanos e Aspectos Econômicos das Migrações Internas. Parte II - Migrações Internas e o Desenvolvimento Regional no Brasil.

ECONOMIA REGIONAL: TEXTOS ESCOLHIDOS, por Jacques Schwartzman (org.). 1977. 480p.

SUMÁRIO: Parte I - Definição de Economia Regional. Parte II - Desequilíbrios Regionais no Processo de Desenvolvimento Nacional. Parte III - Teorias do Desenvolvimento Regional: A. Pólos de Crescimento; B. Outras Teorias de Desenvolvimento Regional. Parte IV - Planejamento Regional.

FECUNDIDADE E MORTALIDADE NO BRASIL - 1960/1970, por José Alberto Magno de Carvalho. (Relatório de Pesquisa). 1978. 102p.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Distribuição da Fecundidade no Brasil. 3 - Distribuição da Mortalidade no Brasil.

(\*) - Publicações impressas com a colaboração da ANPEC e o apoio financeiro do PNPE.

REMESSAS POR INTERMÉDIO DO REEMBOLSO POSTAL.